A civilização islâmica

A área abrangida pela civilização islâmica, muçulmana ou maometana corresponde a todos os países do Oriente Médio (à exceção de Israel) e da África do Norte e a parcelas significativas do subcontinente indiano, da Ásia central (inclusive o noroeste da China) e do sudeste asiático (Indonésia e Malásia, principalmente). Além disso, sua influência projeta-se até alguns espaços da África subsaariana e do sudeste da Europa. Contudo, suas áreas nucleares correspondem ao Oriente Médio e à África do Norte. Atualmente, 62 países são reconhecidos como componentes dessa civilização.

Seu elemento central é a região islâmica que, identifica a própria entidade cultural. Apesar de a civilização muçulmana ter-se originado no mundo árabe, ela se estende muito além dos seus limites.

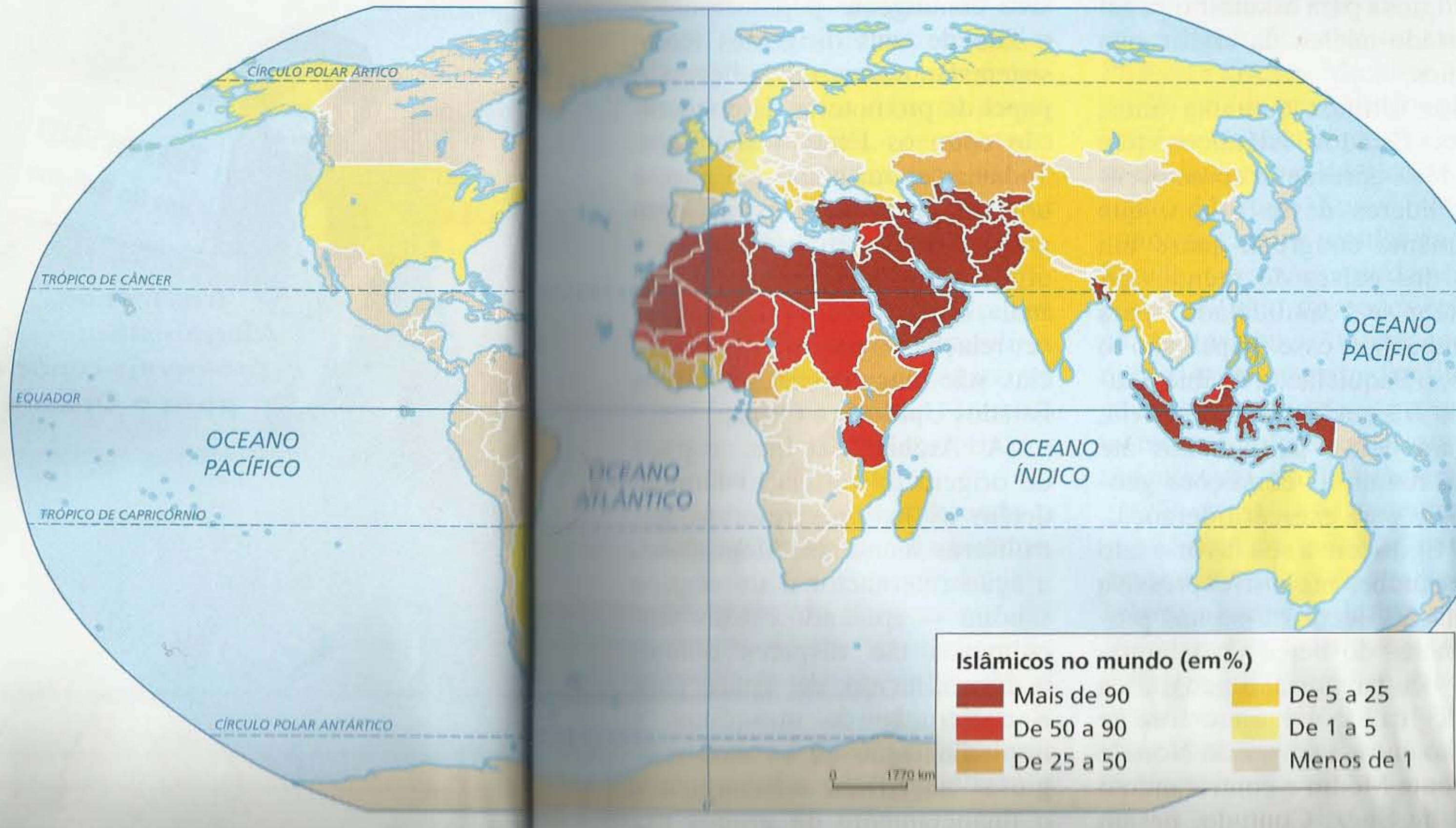
Fundado no século VII por Maomé em territórios da península Arábica — que atualmente correspondem a terras da Arábia Saudita, onde estão as cidades santas de Meca e Medina —, o islamismo se expandiu rapidamente num processo de conquista e domínio de outros povos.

A concepção do islamismo como comunidade religiosa e política fez com que, no passado, os Estados-núcleos tivessem surgido apenas quando a liderança política e a religiosa se combinavam numa só instituição governante. A conquista árabe do Oriente Médio e da África do Norte, no século VII, deu-se com a formação do califado omíada; da Europa, no século seguinte, com o califado abássida e com

califados secundários (Cairo e Córdoba), no século X. Cerca de quatro séculos mais tarde, os otomanos — após conquista de amplas áreas do Oriente Médio e da tomada de Constantinopla em 1453 — estabeleceram um novo califado. O domínio de áreas extensas do mundo muçulmano, inclusive aquelas de origem da religião, qualificou o Império Otomano como o Estado-núcleo do Islã.

A expansão da civilização ocidental europeia, especialmente a partir do século XVI, foi erodindo lentamente as bases de sustentação otomana. Mais tarde, já no início do século XX, quando a República da Turquia veio a substituir o desintegrado Império Otomano, o Islã deixou de ter um Estado-núcleo.

No Oriente Médio, os territórios perdidos pelos otomanos, em função dos acordos imple-



O mundo islâmico e os islâmicos do mundo

Fonte: Adaptado de *Atlas Géopolitique du Moyen-Orient et du Monde Arabe*, Editions Complexe, Paris, 1994, p. 62.

mentados ao final da Primeira Guerra Mundial, foram divididos e passaram a integrar os domínios coloniais da Grã-Bretanha e da França. As fronteiras artificiais criadas pelas potências europeias vencedoras do conflito geraram, nas décadas posteriores, Estados frágeis, idealizados segundo modelos ocidentais, estranhos às tradições islâmicas. Essa circunstância contribuiu para que nenhum país tivesse poder ou legitimidade cultural ou religiosa para assumir o papel de Estado-núcleo da civilização islâmica.

Nos últimos quarenta anos, alguns Estados islâmicos têm tentado se apresentar como eventuais líderes desse grupo, que atualmente congrega quase um terço dos países do mundo. Os que têm se "candidatado" para desempenhar esse papel são o Egito, o Paquistão, a Arábia Saudita, o Irã e a Turquia. Todavia, nenhum deles, pelo menos até agora, reuniu as condições geopolíticas para exercer liderança.

O Egito tem a seu favor o fato de ser árabe, possuir expressiva população, localizar-se nas proximidades do berço do islamismo e ocupar posição geográfica estratégica, constituindo área de contato entre a África do Norte e o Oriente Médio e controlando o canal de Suez. Contudo, pesam contra ele a pobreza, as grandes desigualdades sociais, a dependência econômica e militar em relação tanto aos países árabes ricos em petróleo como ao Ocidente. Os Estados Unidos consideram o Egito um de seus aliados mais importantes e confiáveis no mundo árabe-muçulmano e, por isso, o regime egípcio é olhado com desconfiança por setores de sua própria sociedade como também por vários países islâmicos.

O Paquistão apresenta, como condições favoráveis, um expressivo contingente populacional e o fato de seus dirigentes terem sistematicamente reivindicado o papel de promotores da cooperação entre os Estados islâmicos. Todavia, assim como o Egito, é um país ainda muito pobre, com graves divisões étnicas internas e uma rivalidade permanente com a Índia, o que o conduz a desenvolver relações especiais com potências não-muçulmanas, como os Estados Unidos e a China.

A Arábia Saudita, espaço de origem da religião islâmica, detém as maiores reservas petrolíferas mundiais. Além disso, a ação internacional do regime saudita — apoiando causas muçulmanas tão díspares quanto o fornecimento de ajuda para a construção de mesquitas, a implementação de escolas religiosas na África subsaariana e o financiamento de grupos extremistas islâmicos — conferiu certo prestígio a esse reino quase feudal do golfo Pérsico. Entretanto, sua pequena população e sua vulnerabilidade geográfica fazem com que dependa do Ocidente, especialmente dos Estados Unidos, para sua segurança contra os inimigos internos (a minoria xiita) e os externos (Iraque e Irã).

O Irã apresenta extensão territorial e população significativas, importantes tradições histórico-culturais e viabilidade econômica, em virtude de suas vastas reservas de petróleo. Mas a população iraniana não é árabe, e sim persa, além de majoritariamente xiita, enquanto a maior parte dos muçulmanos do mundo é sunita. Depois que os fundamentalistas islâmicos chegaram ao poder no Irã, em 1979, as exortações radicais de seu clero, no sentido de expandir a revolução religiosa, assustaram e geraram desconfiança entre os regimes políticos da maioria dos países muçulmanos.

Finalmente, reivindicando a liderança do mundo muçulmano, está a Turquia, herdeira do antigo Império Otomano e que foi o Estado-núcleo da civilização islâmica durante séculos. Além disso, tem a seu favor o fato de ser o único Estado a manter amplos vínculos com muçulmanos dos Bálcãs (Bósnia, Albânia, Bulgária), do Oriente Médio, da África do Norte e das antigas repúblicas soviéticas da Ásia central, como o Turcomenistão.

Mas ela tem contra si a profunda cooperação político-militar com o Ocidente, participando há mais de quarenta anos da Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e almejando, há décadas, fazer parte da União Europeia. Uma hipotética liderança da república turca tem contra si, ainda, as opções políticas originais do Estado: no final da Primeira Guerra Mundial, quando foi criada em substituição ao Império Otomano que acabara de se desintegrar, o líder dessa transição, Mustafá Kemal Ataturk, conferiu caráter secular ao novo Estado, separando nitidamente o poder político do poder religioso. Assim como Ataturk naquela época, a maior parte da elite turca atual gostaria de ver apagadas as marcas do passado otomano e muçulmano, promovendo a integração do país ao Ocidente.

Apesar de tudo, e independentemente do país que venha a liderar o mundo islâmico, ou da ausência perene de um Estado-núcleo, a civilização islâmica constitui um desafio permanente à hegemonia da civilização ocidental.